



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**AVALIAÇÃO FORMATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS**

**PAULO TEIXEIRA DE BRITO**

**BRASÍLIA,  
2012**

# **AVALIAÇÃO FORMATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em pedagogia à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília sob Orientação da professora Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues

**BRASÍLIA,  
2012**

### **Ficha Catalográfica**

BRITO, Paulo Teixeira de. *Avaliação formativa e suas implicações subjetivas*. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília-DF. 2012.

Orientadora: Professora Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Trabalho Final de Curso. Conclusão em Pedagogia-  
Universidade de Brasília.

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**PAULO TEIXEIRA DE BRITO**

**AVALIAÇÃO FORMATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS**

Trabalho final de curso avaliado pela Comissão Examinadora constituída por:

---

**Professora Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues-UnB**

Orientadora

---

**Professor Mestre Bianor Domingues Barra Junior-UnB**

Examinador

---

**Professora Doutora Alexandra Militao Rodrigues-UnB**

Examinadora

Dedico este trabalho à minha mãe, exemplo de vida,  
que esteve presente nos momentos mais importantes  
dessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Fátima, por ter sempre me apoiado e incentivado em minhas escolhas, e por ter estado ao meu lado em todos os momentos da minha vida, inclusive nos mais difíceis, quando me deu amor para que como consequência eu superasse os desafios tanto da vida acadêmica quanto pessoal.

À Deus por ter me dado a vida, a oportunidade de estudar, a capacidade de realização deste e de outros trabalhos permitindo que eu ultrapassasse todos os obstáculos da minha vida acadêmica e também pessoal.

À minha irmã que me ajudou muito nessa caminhada, principalmente a fazer trabalhos no computador.

À minha orientadora, Fátima Lucília Vidal Rodrigues, por ter aceitado este convite com tanto carinho, por todas as orientações e pela grandiosa dedicação com que me auxiliou na construção deste trabalho. Gostaria também de agradecer ao professor Bianor Domingues Barra Junior que me orientou no início da realização deste trabalho e por suas preciosas lições.

Aos professores e escolas que me aceitaram dentro de sala de aula durante o meu curso para que eu pudesse realizar o estágio obrigatório.

Escrevia no espaço  
Hoje, grafo no tempo,  
Na pele, na palma, na pétala,  
Luz do momento.  
São na dúvida que separo  
O silêncio de quem grita  
Do escândalo que cala,  
No tempo, distância, praça,  
Que a pausa, asa, leva  
Para ir do percalço ao espasmo.  
Eis a voz, eis o Deus, eis a fala,  
Eis que a luz se acendeu na casa  
E não cabe mais na sala.

Paulo Leminski

## **Resumo**

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a discussão acerca de avaliação na escola e sobre como os fatores emocionais podem influenciar na relação professor-aluno. Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a abordagem teórica a respeito de avaliação de Cipriano Carlos Luckesi. É discutido também como a escola se tornou altamente avaliadora e da necessidade de se rever os conceitos a respeito de avaliação. É apresentada também uma discussão a respeito dos modelos de avaliação da aprendizagem. Como surgiu o modelo liberal conservador e a pedagogia denominada de libertadora. Também é discutida a importância de uma avaliação diagnóstica em vez de uma classificatória.

**Palavras-chave:** Avaliação, Pedagogia. Fatores emocionais.



## **Abstract**

This final dissertation approaches the discussion concerning valuation in the inclusive school and about how the emotional factors can influence the relation between teacher and student. To develop this essay it was useful the theoretical approach concerning valuation of Cipriano Carlos Luckesi. It also discusses how school became highly appraiser and the necessity to see again the valuation concepts. It also presents a discussion about valuation models of apprenticeship. How the liberal conservative model and the pedagogy called liberator emerged. Also is discussed the importance of a diagnostic valuation instead of a classifying one.

**Keywords:** Valuation, Pedagogy, Emotional factors.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>PARTE I- MEMORIAL .....</b>	<b>12</b>
<b>PARTE II - ENSAIO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. AVALIAÇÃO, ESCOLA E O SUJEITO QUE APRENDE.....</b>	<b>16</b>
1.1. OBJETIVO GERAL .....	18
1.2. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	18
1.3. O CONCEITO DE AVALIAÇÃO .....	18
1.4. AVALIAÇÃO E SEUS DIFERENTES ENFOQUES.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
<b>PARTE III.....</b>	<b>27</b>
<b>PERSPECTIVA PROFISSIONAL .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>29</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho é um ensaio de conclusão de curso de pedagogia e aborda a avaliação e sua relação com os fatores emocionais, assim como as duas mais reconhecidas abordagens acerca de avaliação. O trabalho encontra-se dividido em três partes: (i) MEMORIAL, no qual apresento minha história de vida, abrangendo pontos relevantes da minha educação desde a educação básica até o fim do ensino superior; (ii) ENSAIO, nessa encontra-se a parte teórica do trabalho; (iii) PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL, estando expostos meus projetos futuros quanto à atuação profissional.

No primeiro capítulo do ensaio apresentarei a minha justificativa. Nele falarei sobre como os fatores emocionais são importantes na prática profissional e sobre como é difícil para os professores aceitarem a diferença dentro da sala de aula. Também contarei sobre como surgiu o meu interesse pelo tema. Após isto estão os objetivos Geral e Específico do ensaio e a seguir uma discussão teórica acerca da temática avaliação.

No segundo capítulo eu comento sobre a constante prática de provas realizadas nas escolas e da proposição de uma flexibilização nas avaliações escolares. No terceiro capítulo eu falarei dos modelos de avaliação da aprendizagem e a relação desses modelos com o modelo social vigente. No quarto capítulo faço uma discussão sobre a definição de avaliação, assim como a importância de uma função da avaliação diagnóstica em vez de classificatória.

**PARTE I- MEMORIAL**

Meu processo de alfabetização iniciou-se em Fortaleza, Ceará, no colégio Batista. Na minha trajetória escolar eu estudei em diversas escolas até chegar à Universidade, devido a mudanças de moradia. Eu cheguei a estudar em Curitiba, Brasília, Estados Unidos e no interior de Goiás. De cada um desses lugares eu trago boas recordações. De Curitiba eu recordo a simpatia das pessoas. Lá eu estudei no colégio Positivo, a metade do pré e da primeira série. Foi um ano maravilhoso. Lembro-me do contato dos meus parentes do sul e tenho várias lembranças da escola. A escola publicava livros com poesias feitas pelos alunos e tinha um amplo espaço para recreação.

Em Catalão, Goiás, eu estudei da segunda à quarta série do primário. Também tenho ótimas recordações desse período. Lá eu estudei na escola Nossa Senhora Mãe de Deus, uma escola de freiras particular. Fiz vários amigos e até hoje me lembro das brincadeiras e estripulias que nós fazíamos dentro e fora da escola. Nesse período eu tirava notas boas com média acima de 8 nas matérias. A minha matéria favorita era educação física porque dava para jogar futebol.

Nos Estados Unidos eu estudei um ano e meio. No começo eu tive dificuldades para me adaptar e para aprender a língua, mas a partir da sexta série eu comecei a tirar notas boas e a fazer amigos. Era bom também no futebol. As minhas notas na escola eram muito boas com média acima de 90. Num mês eu fui escolhido como um dos melhores alunos da sexta série pelas minhas notas e tive direito a um almoço especial na escola junto com outros alunos que também tiraram boas notas. Pudemos comer pizza e tomar refrigerante numa sala especial. Lá eu fiquei impressionado com o sistema de ensino. Em como as pessoas dão valor a quem é bom em uma determinada área e incentivam quem tem talento.

Quando eu voltei para o Brasil, eu vim para Brasília. Aqui eu fui terminar o primeiro grau na escola Maria Imaculada de Jesus. Terminando o primeiro grau passei por diversas escolas até conseguir terminar o ensino médio na escola de supletivo Ceteb em 2004. Em 2006, eu passei no vestibular da Universidade de Brasília (UnB).

Quando eu entrei na UnB, eu não sabia direito que área dentro da Pedagogia eu queria seguir. Na verdade eu não sabia nem se era esse o curso que eu queria fazer. Pensei bastante em mudar de curso. Talvez me transferir para o curso de Física ou História, mas eu entrei na UnB com 26 anos e achava que eu não tinha mais idade para ficar pulando de galho em galho e não me formar. Decidi então continuar no curso de Pedagogia até o fim. Hoje eu penso que esta foi a decisão correta a fazer.

Na UnB eu tive a oportunidade de fazer várias disciplinas da área da educação inclusiva como “O Educando com Necessidades Educacionais Especiais”, com a professora

Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues e “Aprendizagem e Desenvolvimento da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais” com a professora Doutora Ingrid Lílian Fuhr Raad, que me fizeram refletir sobre as dificuldades tanto de se avaliar quanto de ser avaliado no contexto da educação inclusiva e da educação de uma maneira geral. Foi na disciplina “Avaliação Educacional da Pessoa de Necessidades Educacionais Especiais” com o professor mestre Bianor Domingues Barra Junior que esse tema surgiu e passou a fazer parte do meu interesse para a realização do trabalho final de curso. Nessa disciplina eu percebi o quanto é difícil o aluno com necessidades especiais ter uma aprendizagem significativa. Na verdade, é difícil para todos os alunos. Eu cheguei a esta conclusão no estágio realizado nas escolas. Eu fiz estágio numa das escolas-classe do Distrito Federal. Na sala de aula havia três alunos com necessidades especiais. Era uma sala reduzida em número de alunos e esses três alunos tinham dificuldades para acompanhar o resto da turma, mas a professora era muito competente e conseguia fazer com que esses alunos apresentassem uma evolução na sua educação. Com certeza com essa experiência aprendi o quanto é difícil ser pedagogo, se fazer compreender e transmitir conhecimento.

**PARTE II - ENSAIO**

## 1. AVALIAÇÃO, ESCOLA E O SUJEITO QUE APRENDE

Inclusão escolar só se realiza quando o docente está afetiva e pedagogicamente disponível para reconhecer a deficiência. Para estar preparado é preciso que o professor tenha capacidade de acolher as diferentes possibilidades subjetivas do educando. Também tem que se estar atento às questões sociais e culturais envolvidas. Podemos dar como exemplo o fato de a Inclusão não se referir apenas aos alunos com deficiência física ou intelectual, mas também aos alunos que, por motivos econômicos, não têm acesso à escola.

O aluno com necessidades educacionais especiais precisa da interação social para se desenvolver. Isso pode acontecer por meio de ensino interativo, tutorado pelos pares ou pela aprendizagem cooperativa. A proposta é que a criança com deficiência receba auxílio para realizar as tarefas que não conseguiria realizar sozinha, de forma que a tarefa não precise ser simplificada. Com isso espera-se que ele consiga participar das atividades e que alcance um papel ativo dentro do grupo, conquistando assim a aprendizagem e adquirindo motivação e estímulo para se desenvolver. Para se chegar ao nível de entender os alunos é preciso que os profissionais da educação estejam informados a respeito de quem e quantas são as pessoas com deficiência; quais os tipos, características e causas mais comuns da deficiência, além de metodologias adequadas ao processo de cada um e os recursos didáticos necessários. Para estar preparado para a docência é preciso que o professor tenha a capacidade de enxergar a singularidade do aluno, é preciso ver aquilo que ele traz de mais pessoal, aquilo que pertence apenas a ele, a sua trajetória de vida, por exemplo, ou tudo aquilo que faz dele um ser humano único na terra.

A posição subjetiva do sujeito que aprende deve ser reconhecida como de grande importância na prática profissional. Todos sabemos que para que haja um bom processo de ensino-aprendizagem, é necessário que o docente tenha um bom relacionamento com os seus educandos. Um professor que tem preconceito com seus alunos com certeza não vai propiciar um bom ensino, pois os seus alunos não aprenderão no curso. Isso se vê muito nas escolas, professores que acham que seus alunos são preguiçosos ou um monte de outras coisas, e acabam levando a sua ira ou o seu desamor pra dentro da sala de aula e ofendendo seus alunos.

Ao considerar seus alunos como deficientes, professores têm feito um julgamento pela aparência, sem embasamento científico. Assim a diferença na sala de aula é tratada de forma negativa. Quando o professor faz um julgamento pela aparência ele está imbuído de



preconceito; o de ver como o aluno se veste, como o aluno fala. Estudos mostram que esses julgamentos podem estar relacionados aos sentimentos. O novo causa angústias e desafios, tendo isto em vista, a educação inclusiva está diretamente ligada aos anseios e medos dos docentes, os quais ainda não estão preparados para lidar com ela.

A deficiência, muitas vezes, é um espelho das nossas próprias limitações. Quando entramos em contato com uma pessoa com deficiência nos lembramos das nossas imperfeições e de que este mundo não é perfeito e isso nos angustia. Aqui entra o lado emocional e afetivo do docente. O professor tem que enxergar a subjetividade do aluno para que este não fique estigmatizado. Uma forma de tratar a questão seria criar um espaço para que os fatores emocionais pudessem emergir para serem trabalhados. Nesse espaço os profissionais poderiam falar dos seus sentimentos em relação à pessoa com deficiência e à inclusão escolar. Dessa forma haveria um espaço ou um grupo de reflexão onde os professores poderiam falar, ouvir e trocar experiências e opiniões sobre a Inclusão Escolar.

A relação professor-aluno é uma questão tão antiga quanto polêmica. Conforme é perguntado a um professor ou a um aluno obtemos uma resposta diferente sobre a questão. Essa relação dentro da sala traz muitos conflitos, alguns deles inconciliáveis. Professores e alunos têm que se respeitar, mas nem sempre isto ocorre. O que leva um professor a não compreender os seus alunos e, além disso, a não aceitar a diferença? A educação inclusiva vem para problematizar a prática escolar, mas somente professores que estiverem com a mente aberta poderão compreendê-la e desenvolver um papel honroso na sociedade. Um professor que é obstinado nos seus desígnios, nem sempre de maneira positiva, e sem flexibilidade não conseguirá desempenhar um papel digno da importância que a educação exige.

A educação inclusiva me despertou múltiplos interesses desde o meu primeiro contato direto. Foi-me despertada a curiosidade sobre como as pessoas com deficiência podem e conseguem ir à escola e aprender o conteúdo das aulas com o trabalho do professor como mediador. Sempre me interessou a maneira como o ser humano consegue superar desafios que são grandiosos como montanhas a serem escaladas. A superação desses desafios mostra que é possível vencer com a deficiência. Todos podem ultrapassar obstáculos na vida se tiverem a determinação necessária e a vontade de vencer. É um desafio para o professor analisar os esforços dos seus alunos, ver o que eles trazem de novo. Às vezes, quando o aluno não rende muito numa matéria comparativamente aos outros alunos pode levar o seu professor a reprová-lo. Mas tem-se que levar em conta o esforço daquele aluno no decorrer do tempo para chegar onde ele chegou. Reprovar esse aluno sem levar em consideração o seu esforço pessoal

e a sua trajetória durante o percurso é uma injustiça. O que serve para o aluno comum, também é verdade para o especial. Se o professor não tem paciência ou afeto para com os seus alunos não pode esperar que eles evoluam. O que me leva a escrever sobre esse tema é justamente o fato de que professores têm sido rigorosos com seus alunos na hora da avaliação sem levar em conta suas subjetividades. Este ensaio foi escrito a partir de uma abordagem qualitativa e uma escolha baseada nos princípios acadêmicos de um ensaio. Considerando esse interesse meus objetivos podem ser descritos da seguinte forma:

### **1.1. Objetivo Geral**

Este ensaio teve o objetivo de discutir a avaliação escolar e a importância de considerar as questões subjetivas no processo de aprendizagem.

### **1.2. Objetivo Específico**

Investigar o que é avaliação e como ela se constitui como elemento formador e de constituição subjetiva de quem aprende.

### **1.3 O conceito de avaliação**

Na definição mais comum de avaliação, temos que ela é: “um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (LUCKESI, 2010,p. 33).O objeto avaliado terá um valor maior associado a ele quanto mais se aproximar de um determinado ideal, e um valor menor quanto mais distante estiver deste ideal. Então a avaliação se configura, para muitos, como um juízo de valor. Aqui temos mais um exemplo de como a avaliação pode ser injusta. Quando ela poderia ser vista como o estágio de um processo, em que não se exigiria do estudante que ele estivesse pronto, mas sim que ele estivesse no meio de um percurso, ela espera um resultado acabado como se o estudante não pudesse mais crescer. Se o estudante tira uma nota abaixo da média, não significa que ele não possa evoluir para uma nota maior no futuro. A avaliação, segundo Luckesi (2010, p.33), também se faz com base nos caracteres relevantes da realidade, ou seja, do objeto da avaliação. Por exemplo: as questões de uma prova também dependerão da finalidade a que se destina o objeto de avaliação. Portanto, o juízo de valor não é subjetivo. Assim, um professor de matemática, por exemplo, não pode avaliar o seu aluno levando em conta critérios sobre a sua conduta social. Ele terá que levar em conta indicadores específicos do conhecimento matemático. É um problema quando o professor leva em conta questões pessoais na hora da avaliação, como por exemplo, se o aluno tratou ele com simpatia ou se o

aluno prestou atenção na aula. O que acontece em sala de aula muitas vezes é que professores muitas vezes são extremamente desrespeitosos com seus alunos e ao serem contestados, acabam se vingando dos alunos lhes dando uma nota baixa.

A questão das notas também tem que ser levada em consideração. Na prática pedagógica, em vez da função da avaliação diagnóstica, temos a classificatória. Esta dá um valor demasiado às notas. Dessa forma poderá ocorrer um estigma, já que a nota permanecerá no histórico do aluno para o resto da vida.

A avaliação também conduz a uma tomada decisão, ou seja, é um julgamento de valor que tem na sua constituição um posicionamento de não-indiferença (LUCKESI, 2010, p.33). Isto significa que existe uma tomada de decisão sobre o objeto avaliado. O professor tem que tomar a decisão de que nota vai dar para o aluno. Se for uma prova objetiva a decisão aparentemente é mais fácil. Isto porque pode parecer que, como a prova é objetiva, só existe uma resposta possível e não há margem para uma interpretação subjetiva da prova. Mas mesmo numa prova objetiva se tem como avaliar a evolução de um aluno ou aluna. Como, por exemplo, numa prova de matemática ou física. Às vezes o aluno fez todo o desenvolvimento do problema correto e errou somente o valor da resposta. Esse aluno não merece ganhar pelo menos meio ponto?

Temos que levar em conta as dificuldades com que chegam alunos e alunas nas escolas. Ao tomarmos uma decisão a respeito de qual nota dar para eles temos que levar em consideração as diferentes possibilidades de aprendizagem. Não pode ocorrer um excesso de autoritarismo por parte de professores que desemboca numa avaliação injusta e preconceituosa.

Sendo a atual prática de avaliar a classificação tem como consequência o seguinte: há a classificação dos sujeitos de acordo com um padrão determinado. A tomada de decisão sobre o objeto avaliado passa a classificá-lo num padrão definitivamente determinado. Assim, um ser humano, que é histórico, fica classificado. Essa classificação pode ser de inferior, média ou superior, ou, como é mais comum, por notas e médias. Com esse tipo de avaliação estanque praticamente anula-se a possibilidade de desenvolvimento dos sujeitos. Dessa forma, alunos e alunas ficam “taxados” com notas baixas. Isso muitas vezes é uma forma de “castigo” pelo seu desenvolvimento talvez inadequado. A nota, que é supostamente o símbolo daquilo que o aluno aprendeu encerra o ato de avaliar.

O ideal seria que houvesse uma pausa no ato de avaliar para que pudéssemos pensar a prática e retornar a ela. Com essa pausa a avaliação não seria um ponto definitivo de chegada. Haveria uma reflexão sobre o processo de aprendizagem. Já a função diagnóstica da

avaliação, serve como verificação do estágio em que se encontram os educandos e consequentemente da distância em que eles se encontram em relação ao ponto a ser atingido. Podemos notar essa questão da avaliação classificatória na aprendizagem escolar na hora da aprovação ou reprovação do aluno. Se este tira a nota 3 na primeira prova do bimestre e 6 na segunda prova, o professor tira a média e ele fica com 4,5. Se a média for 5 este aluno fica reprovado na matéria. Na verdade, se pensarmos bem, este aluno evoluiu durante o bimestre, pois a segunda nota ficou acima da média. Mas ele acaba ficando apenas com a média das duas provas e, portanto, acaba sendo reprovado. Se um educando manifestou uma melhor aprendizagem durante o percurso na escola, isto não deveria ser considerado? A pedagogia deveria servir para gerar uma transformação na vida das pessoas e não para uma estagnação das mesmas. Assim sendo, a avaliação educacional classificatória torna-se um instrumento que propicia uma evasão dos meios do saber para todos aqueles que não se adequem a esse formato de ensino.

Outra questão importante na avaliação e que pode revelar manifestações constantes de autoritarismo é chamada por Luckesi (2010, p.37) de: “o papel disciplinador”. Para Luckesi, (idem) “os ‘dados relevantes’ a partir das quais se deve manifestar o julgamento de valor, tornam-se ‘irrelevantes’ na avaliação, dependendo do estado de humor do professor.” Ou seja, a avaliação fica na dependência do estado psicológico do professor. Assim, a avaliação se torna um instrumento nas mãos do professor autoritário para hostilizar os alunos, e exigir determinadas condutas destes que pouco tem haver com a aprendizagem dos conteúdos. Surgem então as armadilhas para pegar os “despreparados” ou os “indisciplinados”. Quanto ao “juízo de valor” pode haver o estabelecimento de mudança de critérios de julgamento. Por exemplo, conforme se queira aprovar ou reprovar alguém, pode-se aumentar ou diminuir o grau de dificuldades das provas ou o padrão de exigência delas.

No que se refere às funções da avaliação da aprendizagem ela não deve existir para selecionar. A sua função ontológica é diagnóstica, ou seja, ela não se destina a um julgamento definitivo, mas sim, a um ponto onde se avalia o estágio onde o educando e a educanda se encontram para saber das suas necessidades educacionais e a partir daí tomar uma decisão sobre quais caminhos se devem tomar.

Em conexão com isto está uma maior compreensão do processo de ensino e aprendizagem. Quando se quer chegar a algum lugar, primeiro há que se saber onde se está, para depois escolher para onde ir. Por meio dos instrumentos da avaliação da aprendizagem, professores e educandos podem chegar ao autoconhecimento. Aqueles no que se refere às suas habilidades como professor e estes em relação às suas potencialidades.

Outra função da avaliação está em motivar o desenvolvimento. Na medida em que é reconhecido o seu próprio limite, revela-se uma motivação para o estudo que se esteja realizando com o intuito de ultrapassar esse limite. Assim, a avaliação cria o desejo de se obter resultados mais satisfatórios. Também é muito importante não desmotivar os educandos e as educandas com comentários desabonadores no momento da entrega das avaliações.

Uma terceira função da avaliação consiste em aprofundar a aprendizagem. No momento em que se faz um exercício para a aprendizagem, já é uma oportunidade de aprender o conteúdo de uma forma mais aprofundada. Repetir um bom exercício é uma forma de aprender mais. E também é uma forma de possibilitar a manifestação, ao educador e ao próprio educando, da qualidade de sua possível aprendizagem. Além disso, é importante ressaltar que “os exercícios que são executados na avaliação podem e devem ser tomados como exercícios da aprendizagem”. (LUCKESI, 2010,p.177) Caso os alunos apresentem uma capacidade de aprendizagem superior aquilo que está sendo ensinado, o professor poderá construir algumas questões que exijam mais do que aquilo que foi ensinado, porém não é pertinente considerar o desempenho do educando nesses testes para efeito de aprovação ou reprovação mas tão-somente como diagnóstico do desenvolvimento possível dos educandos.

Outra coisa importante no processo de avaliação da aprendizagem se refere ao modo como se dá a correção e a devolução dos instrumentos de avaliação aos educandos. É bom não usar o vermelho na correção de provas e testes uma vez que esta cor está carregada de sentidos e expressões negativas do cotidiano como: “obtive uma nota em vermelho”. Melhor é usar um lápis tomando o cuidado para não borrar o trabalho do aluno e assim desqualificá-lo. Quanto à devolução das provas e trabalhos aos alunos é melhor entregá-los pessoalmente, porque assim permite-se a possibilidade de um processo construtivo entre educador e educando.

Como pode ser buscada a emancipação do indivíduo numa sociedade que nega os pressupostos de sua formação? Como a avaliação pode ajudar na formação e emancipação dos indivíduos? Uma maneira de a sociedade negar a formação dos sujeitos é praticando uma avaliação injusta ou autoritária em que estes têm que ser submissos aos seus professores para conseguir passar nos testes.

Por formação entende-se: “a cultura tomada pelo lado de sua apropriação subjetiva” (ADORNO *apud* PUCCI 2009, p.69). Se a cultura é uma apropriação subjetiva, então ela é uma apropriação do sujeito. Sendo assim, cada indivíduo a absorve à sua maneira. Ora, se a formação é uma apropriação individual, porque então temos que ter uma postura arrogante e negá-la a determinados indivíduos.

#### 1.4. Avaliação e seus diferentes enfoques

Tendo em vista a necessidade da educação para todas as crianças, adolescentes e jovens, propomos uma maior flexibilização nas avaliações escolares, em face às dificuldades enfrentadas pelos estudantes diariamente nas escolas. A partir do entendimento destas propomos uma visão mais ampla do desenvolvimento do estudante enquanto pessoa. Sem desprezar a transmissão de conteúdo, mas tendo como princípio um maior entendimento do professor das necessidades apresentadas pelos seus alunos e até onde eles podem chegar. Temos que considerar também a aprendizagem no ambiente familiar e em outros ambientes fora da escola e refletir sobre como o estudante se desenvolve com todas as influências que ele recebe.

A escola se tornou altamente avaliadora no sentido de uma constante prática de provas para os alunos. Isto se vê bastante no terceiro ano do ensino médio onde os alunos são constantemente testados com o objetivo de que passem no vestibular. Também para pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos o que importa é saber da aprovação ou não dos estudantes de uma série para outra. Em Luckesi: (2010, p.18)

“o sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados, e para isso servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem.”

Os alunos detêm sua atenção em saber como será a avaliação e como se dará o processo de promoção de um ano para o outro, ou seja, como serão as normas e os modos pelos quais as notas serão obtidas. Trata-se aqui de um medo de serem reprovados, que não é ajudado pela atitude dos professores. Esses, constantemente fazem ameaças aos seus alunos dizendo que a prova está difícil e que se eles não estudarem vão reprovar de ano. Estuda-se não para aprender algo ou por se ter prazer em estudar, mas por medo da reprovação.

Para a educação é um desafio avaliar os alunos por meio de provas sabendo das dificuldades deles, mas, ao mesmo tempo, com o intuito que eles aprendam e que sejam capazes de passar nas matérias. É aqui que o professor tem que ter o cuidado na hora de dar a menção ao aluno para não se cometer uma injustiça. Às vezes não se deve avaliar o aluno de uma forma e sim de outra, na expectativa de que aquele aluno renda o máximo do seu potencial.

Se quisermos fazer com que haja um aproveitamento significativo do processo de ensino e aprendizagem temos que adotar um tipo de avaliação mais humanista. Para Luckesi: (2010, p.21)

os sistemas de exames, com suas consequências em termos de notas e suas manipulações, polarizam a todos. Os acontecimentos do processo de ensino de ensino e aprendizagem, seja para analisá-los criticamente, seja para encaminhá-los de uma forma mais significativa e vitalizante, permanecem adormecidos em um canto. De fato, a nossa prática educativa se pauta por uma 'pedagogia do exame'.

Tanto é assim que num local em que se poderia discutir melhor a aprendizagem, a Reunião de Pais e Mestres, os pais na verdade estão interessados em saber se seus filhos estão ou não aprovados naquela matéria. Se os filhos apresentam notas significativas, os pais não se interessam em conversar com os professores. A própria reunião não propicia muito o diálogo. Numa turma de trinta alunos não é possível que todos os pais conversem com um único professor ao mesmo tempo.

Como consequência desse demasiado valor atribuído às provas, tem-se que professores usam as provas para testar os alunos, só que num sentido negativo. Em vez de auxiliá-los na sua aprendizagem, acaba que muitas provas são elaboradas para reprovar os alunos. Com isso ocorrem muitos casos de ameaças aos alunos, matérias nas provas que não faziam parte do conteúdo ensinado em sala de aula, ou que estão num nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado em sala. Essa pedagogia do exame:

centraliza a atenção nos exames; não auxilia a aprendizagem dos estudantes. A função verdadeira da avaliação da aprendizagem seria auxiliar na construção da aprendizagem satisfatória; porém, como ela está centralizada nas provas e exames, secundariza o significado do ensino e da aprendizagem como atividades significativas em si mesmas e superestima os exames. Ou seja, pedagogicamente, a avaliação da aprendizagem, na medida em que estiver polarizada pelos exames, não cumprirá a sua função de subsidiar a decisão da melhoria da aprendizagem. (LUCKESI, 2010,p.25)

Esses fatos não são recentes. É sabido que os jesuítas tinham uma atenção especial com as provas e exames. Comênio (*apud* LUCKESI,2010, p.22) defendia o medo como uma forma para manter a atenção dos alunos. Para Luckesi (2010, p.24), o medo é um fator importante no processo de controle social. Internalizado, é um excelente freio às ações que são supostamente indesejáveis. Daí, o Estado, a Igreja, a família e a escola utilizarem-se dele de forma exacerbada. O medo pode ser propagado na forma de ameaça ou de um "castigo psicológico". Esse castigo é a forma que alguns professores têm para fazerem seus alunos estudarem. Na verdade, é uma forma inócua, pois os alunos ao serem ameaçados fazem é perder a vontade de estudar.

Temos que entender como surgiram os modelos de avaliação da aprendizagem. Numa ideologia Marxista são propagadas as seguintes ideias: existe uma pedagogia semelhante que está a serviço de um modelo social dominante. Esse modelo seria dirigido por uma elite econômica que teria como objetivo a permanência de seu Statu quo. A esse modelo foi dado o nome de liberal conservador. Ele teria surgido das transformações decorrentes da Revolução Francesa. Mas a burguesia que havia sido revolucionária na tomada de poder, ao conquistá-lo, se tornara reacionária e conservadora. No entanto, os ideais que nortearam as ações revolucionárias da burguesia permaneceram e hoje definem formalmente a sociedade em que vivemos (LUCKESI, 2010, p.29). Com isso temos que qualquer indivíduo pode buscar a sua auto-realização pessoal através do usufruto da propriedade privada dos bens. Dessa forma é garantida, em tese, a igualdade e a liberdade perante a lei. A partir disso surgiram modelos de pedagogia:

A pedagogia tradicional, centrada no intelecto, na transmissão do conteúdo e na pessoa do professor, a pedagogia renovada ou escolanovista, centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais; e, por último, a pedagogia tecnicista, centrada na exacerbação dos meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio do rendimento. (LUCKESI, 2010, p.30)

Acreditava-se que essas três “pedagogias” garantiriam a permanência do modelo social vigente. Numa visão marxista acredita-se que a igualdade social só seria alcançada com outro modelo social e que essas pedagogias não poderiam transcendê-lo.

Dos modelos sociais decorrem definições pedagógicas, ou seja, como deve ser a relação educador e educando, como se executa o processo de ensino e de aprendizagem e principalmente como se dá a avaliação.

Outra pedagogia, denominada de libertadora, vem do pensamento e da prática educacional inspirada nas atividades do professor Paulo Freire e procura fazer com que a igualdade entre os seres humanos não fique apenas na lei, mas que se torne realmente concreta. É bom que se diga, no entanto, que essa pedagogia é para um modelo marxista de sociedade. Podemos ponderar que a igualdade absoluta nunca será encontrada. Nenhum modelo é perfeito. Sempre haverá diferenças sociais. Essa pedagogia pode estar a serviço de um modelo de sociedade marxista. Não podemos ser inocentes. Um aluno, com deficiência ou não, que tem problemas com um determinado tipo de avaliação de aprendizagem numa escola, não terá seus problemas sanados simplesmente por uma pedagogia dita libertária. Temos um modelo de livre autonomia. As pessoas podem escolher o padrão de educação que elas querem. Fala-se muito que haveria uma propaganda ideológica que estaria a serviço do controle e enquadramento dos indivíduos no aparelho social, mas não se explica direito como



isso ocorre. Quem faz parte desse aparelho social? Se existe uma elite social que é conservadora e pretende a permanência do modelo social, quem seria essa elite? Como se faz para definir quem é da elite social e quem não é?

## Considerações Finais

A subjetividade na avaliação escolar é importante pois não podemos permitir que jovens ou mesmo adultos sejam massacrados por um sistema que não reconhece os educandos. Em vez de formar uma sociedade de pessoas que se acham fracassadas podemos ter uma sociedade de pessoas que são capazes de realizar aquilo que desejam. Não podemos deixar de lado os fatores emocionais na educação. Alunos, de qualquer idade, que são criticados ou repreendidos, perdem o interesse e o estímulo para continuar estudando. Temos que adotar uma pedagogia muito mais humanista, ou seja, uma que se importe com os sujeitos.

A prática escolar usualmente denominada de avaliação da aprendizagem pouco tem haver com avaliação. Ela constitui-se muito mais de provas e exames do que de avaliação.

“Provas/exames têm por finalidade, no caso da aprendizagem escolar, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo (entendendo por conteúdo o conjunto de informações, habilidades motoras, habilidades mentais, convicções, criatividade, etc.). (LUCKESI,2010, p.169).

Então as provas acabam servindo para classificar os educandos em termos de aprovação/reprovação. Assim sendo, essa prática exclui aqueles que não conseguem ser aprovados e seleciona os outros que conseguem. É, portanto, uma prática seletiva.

**PARTE III**

## **PERSPECTIVA PROFISSIONAL**

Tendo chegado ao fim curso de pedagogia, almejo ainda aprofundar meus conhecimentos na área educacional. Pretendo prestar concurso na área de pedagogia ou em outra área e quem sabe conseguir estabilidade profissional. Também penso em fazer outra graduação, podendo ser o curso de Física ou Letras. Posso também vir a trabalhar como professor em escolas no DF. Caso nada disso dê certo por motivos variados, pretendo arrumar um emprego privado.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

PUCCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de Almeida; LASTÓRIA; Luiz A. Calmon Nabuco. (Org.) **Experiência Formativa & Emancipação**. São Paulo, SP: Nankin, 2009.